

# Timm não crê em novo corte no orçamento de vinculadas

O secretário-geral do Ministério da Agricultura, Ubirajara Timm, declarou ontem que está tranquilo quanto ao lançamento do novo pacote econômico, que incluirá entre outras coisas cortes em grande escala nos investimentos das empresas estatais e redução do subsídio agrícola. Segundo ele, as empresas vinculadas ao Ministério não serão afetadas porque o orçamento atual já sofreu uma redução de doze por cento.

Na opinião do secretário-geral, no Ministério da Agricultura já impera um regime de austeridade. Por isso, o orçamento previsto para este ano não permite mais nenhum corte nos investimentos das empresas estatais e eliminação de despesas.

Ubirajara Timm garantiu que as estatais do MA — Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Comissão de Financiamentos da Produção (CFP), Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) — não estão com problema de déficit externo. "Não há casos de inadimplência no Ministério".

A única empresa no Ministério que ainda faz algum investimento é a Embrapa, que se enquadraria dentro da provável decisão do governo, mas o ministro da Agricultura garantiu que o setor

de pesquisa está sendo preservado".

## CARTILHA

A assessoria do ministro da Agricultura, Amaury Stáble, está preparando dois documentos, um em forma de "cartilha" e outro em forma de "folheto", que serão distribuídos às lideranças políticas, rurais, sindicatos e entidades de classe, explicando as modificações a serem introduzidas na forma de acesso do agricultor ao crédito rural. Os documentos tentarão mostrar que, apesar do aumento do custo do dinheiro, com o médio e grande produtores pagando taxas de juros positivas (correção monetária mais um percentual) e o pequeno sofrendo o impacto do reajuste nos juros atualmente praticados, haverá compensações para o setor, além de preço mínimo real, Valor Básico de Custeio (VBC) e dinheiro para o Proagro (seguro agrícola).

Amaury Stáble defende, num desses documentos, a divulgação, no mesmo momento, dos novos VBCs — dinheiro para custeio — e preços mínimos — dinheiro para comercialização — que normalmente é feita com um espaço de 30 dias. Com isso, ele espera dar ao agricultor mais elementos para que ele julgue a conveniência do plantio. "Sabendo, quanto gastará em cada lavoura e o preço mínimo de garantia que o governo dará para cada produto amparado pela política oficial, a opção será feita com mais consciência", argumenta Stáble.